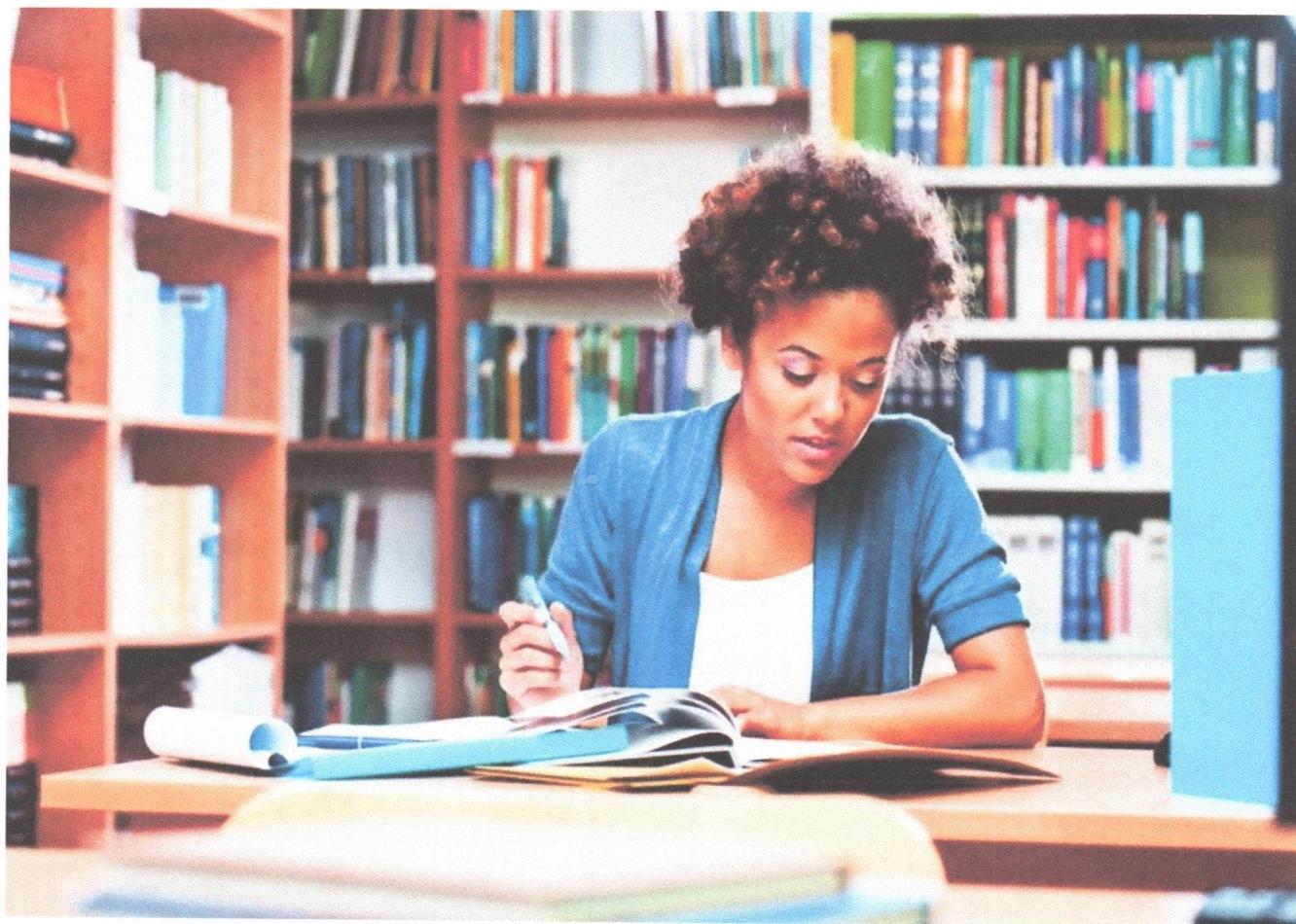


PROJETO EDUCAÇÃO É UM DIREITO



**RUMO A UNIVERSIDADE PÚBLICA: EDUCAÇÃO GRATUITA E
DEQUALIDADE PARA TODOS.**

Expediente:

Prefeito Municipal:

Cláudio Garcia Maciel

Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Cultura:

Lucas de Souza Dias

Subsecretária Municipal de Cultura:

Gizele de Jesus Machado

Autoria e coordenação do Projeto:

Gizele de Jesus Machado



O PROJETO

O projeto busca preparar os jovens da nossa cidade para encarar os desafios do ENEM, oferecendo suporte tecnológico, psicológico e pedagógico para que participem dos processos seletivos das universidades públicas de todo país.

O sucesso da empreitada está diretamente ligado ao engajamento das outras secretarias, como a Secretaria de Educação, de Assistência Social e da Saúde.

A proposta é incentivar a união de esforços de todas as áreas em torno de um único objetivo: fazer com que os jovens fortunenses compreendam e acreditem que a educação superior pública, gratuita e de qualidade é um direito e uma possibilidade concreta.

Dados do IBGE de 2003 mostraram que seis em cada dez estudantes de universidades públicas no Brasil pertencem à camada mais rica da população. É o que mostrou na época, um cruzamento feito pela primeira vez pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais. Segundo dados da referida pesquisa, 59,9% dos estudantes de instituições públicas de ensino superior têm renda familiar per capita que os coloca entre os 20% mais ricos da população. No outro extremo, a participação dos mais pobres nas universidades públicas era quase pífia. Os 20% mais pobres ocupam apenas 3,4% do total das vagas. Trago essas informações para mostrar que os dados encontrados nessa pesquisa já não condizem mais com a realidade do ensino superior no Brasil hoje, pesquisas recentes apontam participação bem maior dos estudantes pobres, oriundos de escolas públicas nas universidades públicas, contudo é importante ressaltar que apesar do aumento expressivo de estudantes de menor poder aquisitivo nas universidades federais e estaduais, comparativamente aos dados anteriores ao início da implementação das políticas afirmativas na educação superior brasileira, ainda se mantém o padrão de elitização de cursos como medicina por exemplo.

Se antes as pessoas pobres passavam toda a educação básica na rede pública de ensino e depois iam encarar o ensino superior nas universidades privadas através dos programas de bolsas ou financiamentos educacionais, enquanto as pessoas com melhores condições financeiras faziam o caminho inverso, permaneciam na rede privada ao longo da educação básica e depois acessavam o ensino superior na rede pública de ensino, hoje



com a implementação das políticas afirmativas, temos um cenário consideravelmente transformado, que precisa se modificar muito ainda, mas que representa sem dúvida um avanço enorme.

As políticas de ações afirmativas contribuíram muito para a modificação do cenário predominante até então no ensino superior brasileiro, contudo, como foi dito anteriormente, há cursos que ainda são extremamente elitizados, tendo um percentual muito pequeno de pessoas pretas e pobres. Medicina, engenharia e direito são cursos que podemos citar como exemplos de cursos que ainda mantêm um padrão de elitização se analisarmos o perfil dos seus cursistas.

As Ações Afirmativas são políticas de direito acerca das desigualdades de uma sociedade que é extremamente diversa e também extremamente desigual, elas tem como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas de acesso às oportunidades. A lei 12.711/ 2012 mais conhecida como Lei de cotas, contribuiu expressivamente para o ingresso de estudantes negros, indígenas e quilombolas nas universidades públicas brasileiras e nos institutos federais. Elas conseguiram diversificar o perfil de pertencimento étnico-racial e socioeconômico dos seus estudantes. É preciso ressaltar ainda o quanto as políticas de Ações Afirmativas contribuíram para fomentar reflexões e discussões acerca da perpetuação da pobreza, da falta de oportunidades, da importância da democratização do acesso ao ensino superior e de como naturalizamos o continuísmo familiar acerca da educação, o quanto achamos “normal” que filhas de domésticas sejam domésticas, que filhos de lavradores sejam lavradores, enquanto filhos de médicos sejam médicos, filhos de advogados, sejam advogados, etc.

É preciso mostrar para os nossos estudantes que a universidade pública é para eles também, que é uma realidade possível e que lutar pela democratização do acesso e permanência ao ensino superior é uma luta iniciada há bastante tempo e que podemos e devemos dar a nossa parcela de contribuição nessa luta. Cada pobre, negro, indígena ou quilombola que entra no ensino superior está abrindo caminhos para que outros sigam seus passos.



O que democratização do acesso ao ensino superior tem a ver com cultura?

O conceito de cultura é variável. A sociologia a conceitua de uma forma, a antropologia de outro, a filosofia pela mesma forma nos traz outra leitura do termo. Aqui vamos nos atentar aos aspectos culturais que perpassam nossa leitura de mundo, principalmente nossa relação com o ensino e com a educação.

Historicamente as universidades foram vistas como espaços de poder e de acesso exclusivo a uma parcela restrita da sociedade. A universidade como toda instituição, é atravessada por aspectos culturais comuns à sociedade como o classismo e o racismo por exemplo. É por causa desses atravessamentos que ainda causa estranheza os filhos da faxineira, do pedreiro dividindo banco de faculdade com os filhos dos médicos, dos juízes ou dos grandes empresários, principalmente se pensarmos nos cursos mais elitizados como medicina por exemplo. Ainda ouvimos comentários do tipo: “Mas se todo mundo fizer faculdade quem vai limpar o chão? Quem vai fazer o pão?”. Essa pergunta pode ser respondida com outra pergunta: Porque definiram desde sempre quem limpa o chão ou faz o pão? A resposta muito provavelmente gira em torno do fato de historicamente termos definido quem serve e quem deve ser servido.

Quando nos referimos ao universo acadêmico precisamos atentar para as diversas variáveis que se sobrepõe, que se entrelaçam e cujas análises nos permite compreender o cenário que temos hoje na educação superior, o cenário que tínhamos anteriormente e os cenários possíveis que podemos ajudar a construir. A correlação entre classe, raça e gênero é fundamental para o entendimento da conjuntura que está posta. As pessoas negras majoritariamente são também pobres. Dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2016 apontam que entre os 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros (pretos ou pardos), enquanto 20,8% são brancos. A mesma pesquisa mostrou que entre os 10% mais ricos, a situação se inverte: 72,9% são brancos e 24,8% são negros. Trago estes dados porque eles auxiliam na compreensão do perfil étnico dos alunos de nível superior e principalmente do perfil dos alunos dos cursos elitizados. Ressaltando que este perfil é atravessado por outras variáveis como gênero e regionalidade, apesar da presença das mulheres em todas as áreas profissionais, ainda há prevalência de homens em



boa parte dos cursos da área de exatas e de mulheres na área de humanas. Os cursos de pedagogia refletem bem isso, uma vez que o perfil dos cursistas é predominantemente feminino. Em relação a variante regional, observamos que as pequenas cidades, mais afastadas das capitais e as áreas de aglomerados urbanos não têm tantos representantes na academia. Há vários aspectos que para além de sociais são culturais envolvidos nessa realidade. Há no imaginário social a ideia de que pobres, negros, pessoas do campo, moradores de periferia, são menos capazes.

É preciso se perguntar continuamente porque sempre que avistamos um negro com jaleco branco em um hospital, automaticamente associamos a figura dele ao do técnico de enfermagem e não a do médico, só para citar um exemplo. O Jurista Silvio Almeida retrata essa temática em sua obra “Racismo Estrutural”.

O que nos leva a – ainda que negros e brancos não racistas – a “normalizar” que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e calçados? Porque nos causa a impressão de que as coisas estão “fora do lugar” ou “invertidas” quando avistamos um morador de rua branco, loiro e de olhos azuis ou nos deparamos com um médico negro? (ALMEIDA 2019, p.50)

Porque estamos fazendo este recorte racial? Primeiro, porque é impossível pensar questão social desatrelada de questão racial. No Brasil a maioria esmagadora das pessoas pretas são também pobres, são os negros os mais preteridos no mercado de trabalho, são eles maioria no sistema carcerário e a minoria nas universidades, especificamente nos cursos elitizados. E segundo porque queremos que os nossos jovens possam usufruir os direitos garantidos pela lei 12.711/2012 que resumidamente reza o seguinte: As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessa maneira, as universidades públicas oferecem um duplo sistema de cotas: uma parcela da reserva de vagas destina-se a estudantes de escola pública, independentemente da origem étnico-racial, e a outra parcela destina-se a estudantes de escola pública que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas.



Reforçando que algumas universidades tem vagas específicas para quilombolas como por exemplo a UFBA (Universidade Federal da Bahia), UFPEL(Universidade Federal de Pelotas) e a UFG (Universidade Federal de Goiás) e nós temos uma comunidade quilombola em nossa município, a comunidade quilombola Retiro dos Moreiras e Beira Córrego, cujos estudantes podem ser beneficiados por essa politica afirmativa.

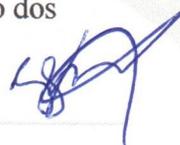
Queremos os jovens da nossa cidade nas universidades, queremos os nossos jovens negros e quilombolas ocupando espaços que lhe são de direito. Entendendo que o direito à educação foi negado por muitos anos a uma parcela expressiva da sociedade e que a lei de cotas não é esmola, favor ou indicativo que jovens negros e pobres são intelectualmente inferiores, mas que em uma sociedade marcada pelas desigualdades, a lei de cotas é uma tentativa de reparação histórica a grupos historicamente excluídos e oprimidos.

Objetivo geral

- Preparar os jovens de Fortuna de Minas para terem sucesso no ENEM e buscarem a ocupação das vagas nas universidades públicas de todo país.

Objetivo específico

- Oferecer suporte tecnológico para que os alunos treinem para o ENEM
- Oferecer suporte psicológico para que os alunos cheguem ao exame conseguindo controlar sua angústia, sua ansiedade, para que não passem por processos de auto sabotagem, que cheguem confiantes e psicologicamente bem ao exame.
- Buscar apoio da Secretaria de Assistência Social no acompanhamento às famílias dos jovens atendidos pelo projeto e na orientação dos alunos em relação aos pré-requisitos e documentos necessários para a realização da análise socioeconômica proposta pelas instituições de ensino.
- Buscar apoio da Secretaria de Saúde no acompanhamento integral da saúde dos estudantes (médico, psicológico e nutricional), buscando promover o rendimento dos



mesmos.

Metodologia

- Montagem do Cantinho do Vestibulando na Biblioteca Tereza Nicomedes. O ambiente da biblioteca é um espaço silencioso, propício aos estudos e que hoje tem condições de ser mais bem aproveitado.
- Vamos captar doações de apostilas de pré-vestibular. Os alunos poderão utilizar as apostilas sem riscá-las a caneta para que todos possam usufruir. As apostilas não poderão ser emprestadas, é para uso exclusivo dentro da biblioteca (podemos rever essa regra de acordo com número de apostilas recebidas e de alunos atendidos pelo projeto).
- Instalação de 4 computadores com divisória em acrílico e uma impressora na Biblioteca Pública Tereza Nicomedes que serão de uso exclusivo dos participantes atendidos pelo projeto, com foco nos alunos do segundo e do terceiro ano do ensino médio. Os computadores não terão acesso às redes sociais e o tempo de uso será agendado e definido previamente. Assim os estudantes poderão escolher os dias e horários que vão usar os computadores e teremos controle da quantidade de pessoas dentro da biblioteca.
- Ao término do tempo de cada aluno, cadeira, monitor, teclado e divisória serão devidamente higienizados, antes de serem utilizados pelo próximo estudante.
- Os alunos farão simulados de provas e os resultados serão impressos e disponibilizados para os professores da Escola Estadual Coronel Américo Teixeira Guimarães, para que os professores tenham conhecimento das áreas ou temáticas de maior dificuldade para os alunos.
- Interlocução constante entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, para que o aproveitamento dos alunos seja acompanhado de forma multidisciplinar.
- Acompanhamento psicológico dos participantes do projeto, com realização de terapia individual e em grupo.
- Realização de encontros mensais com os alunos para que eles coloquem seus apontamentos acerca do projeto.
- Realizações de palestras onde serão explorados temas relacionados a aproveitamento do tempo de estudo, técnicas de concentração, técnica de realização de provas, uso adequado



do tempo na realização do ENEM, controle das emoções, escolha dos cursos, escolha das universidades, explicação das políticas de manutenção das universidades públicas, importância dessas instituições na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão e o seu papel no avanço tecnológico e científico e nos benefícios para a sociedade como um todo.

Metas

- Auxiliar a capacitar os alunos para terem bom desempenho no ENEM e acompanhá-los ao longo da preparação, da inscrição do ENEM até a efetivação da matrícula universitária.

Avaliação das metas

- Relatório mensal do desempenho dos alunos no projeto
- Relatório anual do número de alunos aprovados nas universidades.

Referência bibliográfica

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1306200323.htm>, acessado em 20 de maio de 2021

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf, acessado em 23 de maio de 2021

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural (Feminismos Plurais). Pólen Livros. Edição do Kindle, 2019.

Prefeitura de Fortuna de Minas, 28 de maio de 2021, Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura.



Gizele de Jesus Machado

Subsecretária Municipal de Cultura de Fortuna de Minas.